

## CEPAL: velhas e novas idéias<sup>1</sup>

---

*Octavio Rodriguez, Oscar Burgeño, Adela Hounie, Lucía Pittaluga*

### **Introdução**

Como se sabe, a CEPAL cunhou a expressão “década perdida” para designar os anos 80, referindo-se ao marcante retrocesso que caracterizou o desenvolvimento latino-americano nesse período. O comportamento da renda *per capita* ilustra, de maneira sintética, o significado de tal expressão: até 1989, era equivalente ao que já se havia alcançado na região treze anos antes.

Diversos são os traços negativos que caracterizam o desempenho econômico do período: os graves desequilíbrios macroeconômicos, as dificuldades para superá-los e o peso da inércia recessiva que envolvem; a acentuação dos problemas do setor externo, em que o forte passivo da dívida soma-se ao desajuste entre o caráter da demanda internacional e a composição das exportações latino-americanas; o marcante atraso na incorporação da tecnologia e a paralela obsolescência dos ativos fixos; o significativo aumento do subemprego, assim como do desemprego aberto.

Reconhecer esses traços – de intensidade e importância relativa variáveis, segundo cada caso – não implica negar que foram capazes de induzir mudanças de sinal positivo. Os anos 80 podem ser vistos também como um período de “aprendizagem dolorosa”. Na política, esta se expressa na tendência geral à consolidação de sociedades pluralistas, com disposição de adotar formas democráticas de governo. Na economia, manifesta-se na busca persistente de meios idôneos para resolver os distintos problemas e desequilíbrios, e no que tal busca implica em termos de mudanças no aparelho de Estado e em seus meios de ação.

Até o final dos anos 80, os documentos da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) adquirem uma característica de claro otimismo, enquanto o desenvolvimento perdido e a dura aprendizagem que trouxe consigo passaram a ser percebidos como um ponto de inflexão entre o padrão de desenvolvimento precedente e uma fase não de todo delineada, porém distinta, na qual o desenvolvimento pode ser retomado com novas características e novo impulso.

Além disso, a Secretaria da CEPAL decide apresentar aos governos de seus Estados-membros uma proposta para o desenvolvimento mediante a qual a região recupere um caminho de crescimento intenso, baseado na incorporação

---

(1) Traduzido do espanhol por Fernando Nogueira da Costa.

acelerada e difundida de progresso técnico, de modo a sustentar sua competitividade internacional e a forte expansão de suas exportações, com um esforço simultâneo para ir logrando padrões de equidade cada vez mais adequados. Tais são os grandes objetivos da estratégia que se chamou transformação produtiva com equidade.<sup>2</sup>

Convém antecipar que esta estratégia se acha fortemente influenciada pelo modo de ver o amplo e intenso processo de avanço técnico verificado em anos recentes, e as mudanças que induz ou as tendências que gera na economia internacional. O substrato analítico das novas posturas cepalinas refere-se, pois, a dois âmbitos temáticos – o progresso técnico e a sua difusão na economia mundial – coincidentes com os que foram privilegiados por Prebisch em sua concepção do sistema centro-periferia. Daí que é viável traçar um paralelo entre os conteúdos básicos de ambas as visões, ou, de outra forma, entre os fundamentos do enfoque estruturalista do subdesenvolvimento e os correspondentes às posições do denominado “enfoque neoestruturalista”.<sup>3</sup>

Tal comparação pode resultar útil para percebermos certos matizes-chave das idéias geradoras de Prebisch, bem como o valor que ainda hoje mantêm, porém, na verdade, as introduz com a aspiração a tornar mais clara a apresentação das idéias e propostas atuais da CEPAL.

A primeira seção do artigo traz uma breve e simplificada resenha destas últimas. A segunda resume a concepção do sistema centro-periferia. A terceira indaga sobre certas implicações dessa concepção, no que se refere à análise do progresso técnico e da economia internacional, e faz um contraponto entre as percepções originária e atual destes temas. Finalmente, a quarta seção procura ordenar certas perguntas sobre a nova proposta da CEPAL para o desenvolvimento latino-americano, em que se questiona a viabilidade da incorporação acelerada do progresso técnico na qual a mesma se funda, e também a sua viabilidade social.

## **1. Transformação produtiva com equidade**

Como já se sugeriu, a chave da estratégia que leva este nome consiste na incorporação sustentada de progresso técnico, de modo a lograr um incremento

---

(2) Sob este título foi submetida ao 23º período de sessões da CEPAL, em 1989 (Documento LC/G.1601-P, Santiago de Chile, 1990). Dois anos depois, no período seguinte, a Secretaria consolida e reitera uma proposta similar no documento *Equidad e transformación productiva* (CEPAL, 1992b). Um terceiro documento possui importância semelhante à dos dois anteriores: *Educación y conocimiento* (CEPAL/UNESCO, 1992).

(3) Esta denominação engloba os pontos de vista sobre o subdesenvolvimento latinoamericano e sobre as estratégias requeridas para superá-lo contidos num conjunto de documentos recentes elaborados pela CEPAL e por autores direta ou indiretamente vinculados a esse órgão. A bibliografia anexa refere-se a vários deles.

também sustentado da competitividade internacional, o qual implicaria uma mudança na vinculação entre os mercados interno e externo, ou seja, no padrão de inserção internacional da economia em foco. Por sua vez, tal mudança deve ser vista em estreita associação com as transformações que se produzem na estrutura setorial da produção ou, com mais propriedade, na articulação produtiva, globalmente considerada. Ademais, tem-se presente que as mudanças na articulação produtiva e inserção internacional devem ser tomadas como resultantes do comportamento de determinados agentes econômicos que, em definitivo, as introduzem e impulsionam sua continuidade.

Assim, a transformação produtiva com equidade se define com base em um critério geral, relacionado com a alta da competitividade apontada pelo progresso técnico, e, assim, em três grandes linhas: a inserção internacional, a articulação produtiva e o papel dos agentes.<sup>4</sup> A seguir, examina-se cada um destes elementos-chave da estratégia proposta.

### 1.1. A competitividade autêntica

Tal expressão sintetiza o critério geral proposto, cujos fundamentos se enraízam em duas noções complementares, uma no aspecto microeconômico e outra de cunho macroeconômico. A primeira “aplica-se a um bem ou serviço; neste caso, torna-se competitivo quando se consegue, ao menos, sustentar os padrões de eficiência vigentes no resto do mundo quanto à utilização de recursos e qualidade do produto ou serviço oferecido” (CEPAL, 1990b:70).

De fato, não se trata apenas de lograr ou alcançar esses padrões de eficiência, mas de sustentá-los ou mantê-los; e isto supõe a incorporação *contínua* de progresso técnico, que se define com “a capacidade de imitar, adaptar e desenvolver processos de produção, bens e serviços antes inexistentes em uma economia” (CEPAL, 1990b).

A necessária *continuidade* do progresso técnico constitui um primeiro aspecto a destacar, quando se quer perceber as idéias que sobre o mesmo subjazem na estratégia proposta.

Quanto ao critério macroeconômico, afirma-se que uma economia pode ser considerada competitiva se “tem a capacidade de incrementar (ou ao menos sustentar) sua participação nos mercados internacionais com uma alta simultânea do nível de vida da população” (CEPAL, 1990b).

---

(4) Em torno dessas linhas pode-se articular objetivos mais específicos, que por sua vez se transformam em recomendações de política econômica, numa série de âmbitos. Tais nexos não serão aqui considerados, desnecessários para os fins propostos. A título de exemplo, cabe mencionar que o apoio à reinserção internacional chega a proposto desagregadamente em quatro âmbitos principais: a política comercial e cambial, a política tecnológica, a capacitação de mão-de-obra e a criação de empresas. A respeito, pode-se consultar CEPAL (1990b, cap.5:102-3).

Convém examinar as implicações desta afirmativa, segundo a qual ascender à competitividade autêntica e mantê-la requer a alta persistente do nível de vida, ou, enfim, dos salários.

Temporariamente, os salários baixos ou a dotação favorável de recursos naturais podem servir de base para penetrar em determinados mercados ou ampliar a participação em outros. Entretanto, esta possibilidade, baseada na abundância relativa de fatores, tende a ser contraposta pelo próprio progresso técnico, que vai gerando novos processos ou produtos em que se compensam os diferenciais de custos implícitos em tal abundância.

Assim, considerar a alta de salários como um requisito da competitividade é uma postura relacionada com o suposto de que o progresso técnico vem se dando com particular intensidade ou dinamismo. Isto constitui um segundo aspecto a destacar, quanto ao modo de percebê-lo.

A alta de salários se configura como o critério fundamental para diferenciar competitividade autêntica e espúria. Tal como se definiu anteriormente, a competitividade é autêntica enquanto se associa com a absorção permanente do progresso técnico, única base durável de continuidade.

É esta base a que se torna visível no aumento de salários e de níveis de vida; e ela resulta, portanto, indispensável sob o ângulo da obtenção de tendências na distribuição de renda de acordo com padrões de equidade mais adequados.

Consideremos agora o critério segundo o qual a competitividade supõe a atitude de uma economia para aumentar sua participação nos mercados internacionais.

Este segundo requisito se associa, por um lado, a certo modo de ver o progresso técnico, que se considera como forma importante de concorrência, e, por outro, à admissão sobre sua considerável intensidade, que faz com que a concorrência baseada nele possa também realizar-se fora das fronteiras.

“A tecnologia não pode ser (concebida como) um conjunto de combinações conhecidas de insumos ou ...um *pool* de conhecimentos utilizáveis livremente sem custo” (CEPAL, 1990b). Na realidade, o que se constata, tanto num mesmo mercado como entre distintos países, é que coexistem técnicas e produtos melhores e piores, e que estas disparidades não constituem uma exceção, mas sim um traço característico do desenvolvimento industrial.

A explicação subjacente consiste em que a tecnologia não é um bem livre. Isto implica que existem formas de apropriação desse bem que encontram respaldo jurídico completo, como as regulações de marcas e patentes e o resguardo da propriedade intelectual. Porém, importa destacar uma admissão adicional relativa ao progresso técnico que também subjaz na estratégia proposta. Entende-se que o mesmo se gera e incorpora mediante um processo interno às empresas; dito de outro modo, postula-se que a capacidade de inovar é própria de

cada empresa, e que em boa medida depende de condições peculiares de cada uma.

Tendo em conta que as inovações se gestam nas empresas e são por elas apropriadas, entende-se que têm um papel muito importante no logro de maiores níveis de rentabilidade, e por fim se transformam num mecanismo de concorrência de grande relevância. Sob outro ângulo, a concorrência que se produz mediante o progresso técnico é vista como um elemento de peso na explicação do dinamismo que o próprio progresso técnico vem mostrando. Com efeito, segundo se afirma, a empresa que introduz inovações logra em geral aumentar sua participação no mercado, criando assim uma pressão sobre seus competidores, que procurarão “imitar e no possível superar a inovação inicial. Origina-se desta forma um processo evolutivo de inovação de técnicas e produtos ‘melhores’ que dão lugar ao constante deslocamento da fronteira tecnológica” (CEPAL, 1990b).

A concorrência através do progresso técnico e este “constante deslocamento da fronteira tecnológica” não se dão somente dentro de cada economia; também se produzem a nível internacional. Também esta percepção se apoia num argumento microeconômico e em outro macroeconômico.

O próprio progresso técnico permite competir internacionalmente, pois, às vezes, a redução de custos ou os incrementos de qualidade permitem transpor barreiras tarifárias e outras restrições; porém, sob o ponto de vista das empresas, tal concorrência é às vezes necessária, já que em diversos ramos o acesso a maiores mercados se configura como um requisito para diluir os custos da própria inovação.

Por outro lado, em múltiplos ramos e bens de tecnologia muito dinâmica a manutenção de níveis de proteção elevados pode significar inibir-se do estímulo da concorrência internacional, e por fim impedir-se o acesso às vantagens comparativas (ou competitivas), no conjunto da economia.

## **1.2. A inserção internacional**

Parte das considerações anteriores refere-se também à primeira grande linha estratégica, enquanto delas se infere que um objetivo-chave do desenvolvimento latino-americano consiste em lograr uma reinserção muito dinâmica nos mercados internacionais, o que envolve um ritmo de crescimento das exportações superior ao do produto, ou ao menos uma forte taxa de expansão das mesmas.

Ver-se-á, em seguida, que este *desideratum* associa-se a certo modo de ver o impacto do progresso técnico sobre a economia mundial e, mais adiante, que tal

visão se reflete em outras percepções relativas à América Latina, que se referem às possibilidades desse desenvolvimento de tipo extrovertido.

Segundo se induz, o progresso técnico, contínuo e intenso, tende ademais a universalizar-se, através da intensificação da concorrência internacional; essa intensificação acompanha uma tendência paralela à globalização da economia mundial. E isto sem temor (*sin desmedro*) de reconhecer que existem forças que operam em sentido contrário (impulsionando o aumento da proteção) em diversos mercados, ou que a globalização pode dar-se mediada – ou então distorcida – pela formação de grandes blocos econômicos.

Outro aspecto a destacar nas idéias recentes da CEPAL diz respeito ao reconhecimento explícito de uma peculiaridade adicional do progresso técnico: seu caráter desigual ou diferenciado, segundo setores, ramos ou sub-ramos.

Esta diferenciação está por trás de certas tendências perceptíveis no comércio internacional. “O comércio internacional de manufaturas se expandiu a um ritmo mais elevado que o comércio mundial total e esta diferença é maior naquelas regiões que contêm um grau mais elevado de inovação tecnológica” (CEPAL, 1990b:77). Assim, assinala-se que a possibilidade de ingressar nos mercados internacionais sobre bases sólidas depende muito da capacidade de cada país ou economia “para seguir as tendências tecnológicas internacionais”, (CEPAL, 1990b) vale dizer, da atitude para gerar ou incorporar avanço tecnológico naqueles ramos de ponta em que o mesmo é real ou potencialmente mais dinâmico. Dito de outro modo: penetrar aqueles mercados e manter-se neles implica inovar através da “única via que não se esgota: a agregação de valor intelectual aos bens e serviços exportados”, (CEPAL, 1990b) ou seja, pela via da agregação de conhecimento.

Por outro lado, como já se assinalou, furtar-se ao estímulo da concorrência nos ramos de ponta pode implicar submetê-los ao atraso tecnológico, com efeitos negativos em outros ramos e em sua atitude de inovação. Daí que a proteção tenda a baixar nas primeiras, e que a globalização tenda a dar-se preferencialmente nelas. Por contraste, nos ramos de progresso técnico lento vêm se mantendo diversas formas de proteção e outras novas aumentam seu nível efetivo.

Estas tendências protecionistas, associadas à diferenciação do progresso técnico e a seu reflexo nos modos como se expande o comércio, delineiam um horizonte de dificuldades para a reinserção dinâmica na economia internacional, no caso de países que partem de uma manifesta situação de atraso tecnológico, como os da América Latina.

Entretanto, observa-se que o caráter incipiente do desenvolvimento de algumas tecnologias novas abre oportunidades de participar de seu

desenvolvimento futuro, em particular quando este puder se sustentar sobre conhecimentos de fácil acesso ou de livre disponibilidade. Com isso, surgem virtuais possibilidades de acesso a nichos de mercado, bases para a reinserção dinâmica (CEPAL, 1992b:111).

Por outro lado, concebe-se que as tecnologias novas e de maior dinamismo também contribuem à transformação dos processos produtivos naqueles ramos de menor dinamismo tecnológico atual. A possibilidade de dinamizar as exportações com base neles é percebida como estreitamente vinculada a mudanças na articulação produtiva que se configuram como viáveis.

### **1.3. Articulação produtiva**

Nos pontos anteriores referiu-se que o progresso técnico é considerado contínuo e intenso; no precedente, que se o vê como diferenciado. A tais características se agrega outra: a ampla difusão das tecnologias que se vêm gerando recentemente. Esta característica tem implicações quanto à segunda linha estratégica, a articulação produtiva, e através dela quanto à viabilidade de uma reinserção internacional dinâmica das economias da área.

Segundo se assinala, em períodos recentes, principalmente em função da grande difusão das tecnologias da informação (microeletrônica, computação e telecomunicações), a incorporação de progresso técnico vem se realizando em uma muita ampla gama de bens e serviços. Sua incorporação se dissemina em múltiplos ramos industriais, inclusive em muitos processadores de bens de consumo relativamente simples. Assim, por exemplo, na indústria de alimentos vai se tornando possível o cumprimento de uma série de especificações que a assemelha, quanto ao conteúdo tecnológico, às manufaturas não baseadas em recursos naturais. Assim como, não somente certos ramos produtores de bens duráveis de consumo, mas também outros mais simples, como os de calçado e vestuário, passaram a ser “intensivos em desenho”, de tal modo que demandam a aplicação crescente de tecnologias da informação na fase do desenho propriamente dito, e também nas etapas de fabricação e comercialização.

A disseminação das novas técnicas não se limita ao setor manufatureiro. Também se aplica à prospeção de recursos naturais, à classificação de solos e à otimização de seu uso, ao processo de produção agrícola propriamente dito e ao processamento de matérias-primas básicas. É considerável, da mesma forma, sua difusão no âmbito dos serviços, em que se aplicam amplamente nos de tipo financeiro; sua presença resulta também significativa nas etapas de comercialização da produção em nível de empresas, no comércio propriamente dito e no transporte.

Nas economias de maior desenvolvimento, a difusão das tecnologias da informação faz com que a articulação no interior de cada ramo e entre eles também se modifique. Um exemplo extremo pode contribuir para esclarecer o ponto. As técnicas que se difundem não só incidem em processos e produtos, mas também em outros e muitos variados aspectos da organização empresarial. Há empresas que cortam partes das tarefas produtivas ou da prestação de serviços para contratá-las em outras empresas, às quais, por vezes, elas mesmas contribuem para constituir ou consolidar. Naturalmente, esta é uma fonte de mudança na articulação produtiva que envolve diretamente as relações de troca de bens e serviços.

Nos diferentes ramos, e entre eles, mudam também as relações propriamente técnicas, ou seja, as que fazem a divisão de trabalho em sentido estrito: onde, como e quem realiza cada parte do processo produtivo. Mudam também a articulação no âmbito das trocas e os modos de relacionamento institucional em que estas se fundam. Quanto à prestação de serviços, não só se diversifica e amplia, mas também se alteram seus modos de articulação e os de contratação.

Além dessas considerações gerais, porém justamente com base na percepção da mudança técnica nelas contidas, há outras relativas à estratégia proposta para as economias da América Latina. Elas dizem respeito às articulações entre “o setor industrial, por um lado, e as atividades baseadas na exploração dos recursos naturais e serviços, por outro” (CEPAL, 1990b:91).

Diversas são as razões para encarar políticas referentes à articulação entre agricultura e indústria. Entre elas se assinalam a erosão das rendas dos recursos naturais pela queda dos preços dos produtos primários, o esgotamento dos recursos não-renováveis, ou o significativo incremento de seus custos de exploração, e o peso das subvenções em setores que não podem chegar a ser competitivos. Assim coloca-se como objetivo “aproveitar as possibilidades de fortalecimento recíproco implícitas na articulação (para frente e para trás) da agricultura com a indústria e de ambas com os serviços” (CEPAL, 1990b:93).

Além deste objetivo geral, assinala-se a conveniência de imprimir à política de articulação um caráter específico, abandonando a segmentação e privilegiando conjuntos de medidas que impulsionem o fortalecimento. Esse efeito tende a lograr-se mediante ênfase no apoio ao núcleo agroindustrial, que é o elo da cadeia de produção com maior capacidade de induzir mudanças tecnológicas na base primária (CEPAL, 1990b:93-4).

Por outro lado, alerta-se que a continuidade do esforço exportador pode se frustrar se, como vem sucedendo, proliferarem os incentivos para a produção de bens transacionáveis e se houve descuido com os vínculos diretos e indiretos da mesma com a produção de bens e serviços não-transacionáveis. Ressalta-se

também que, para garantir a competitividade, adquirem especial importância os distintos elementos componentes da logística interna do processo de comercialização, tais como a infra-estrutura e a administração dos meios de transporte, os sistemas de apoio, etc. Considerações similares merecem o subsistema formado pelas telecomunicações e os serviços de informação eletrônica, crescentemente importantes sob o ângulo da competitividade e do dinamismo exportador.

A difusão ou disseminação de novas técnicas implica que se modifiquem a articulação produtiva e, por isso mesmo, a composição do emprego. Uma peculiaridade desta mudança é a terceirização da estrutura ocupacional. Por outro lado, a transformação desta última é geralmente acompanhada de uma demanda de qualificações.

Estas tendências gerais também se cumprem na América Latina. Entretanto, há especificidades que se associam a grande subemprego estrutural, o qual, embora subsista na agricultura, tem tendido a concentrar-se nas cidades, através da informalidade urbana. Este problema da “terceirização espúria” não é de rápida solução. Dois tipos de políticas se recomendam para enfrentá-lo: por um lado, as destinadas a modificar a informalidade, numa tentativa de articulação com as atividades de produtividade elevada ou normal (formação de microempresas, formação profissional, assistência técnica e creditícia privilegiada, etc.) e, por outro, as diretamente assistenciais, paliativas das condições de pobreza associadas às de baixa produtividade e nível de renda.

#### **1.4. Papel dos agentes**

Já se insinuou que admitir a importância da agregação de valor intelectual na geração de progresso técnico – particularmente nos ramos de ponta – tem implicações que envolvem a base empresarial.

A inovação em processos e produtos se dá fundamentalmente no interior das empresas, de modo que sua capacidade de inovar não pode dissociar-se de distintos aspectos de sua organização e gestão. Em particular, a inovação se relaciona com a execução reiterada dos processos produtivos entendidos em sentido amplo, de tal modo que as capacidades anunciadas resultam indissociáveis daqueles aspectos da organização que fazem as relações entre os distintos grupos humanos que a compõem, especialmente as que se estabelecem entre empregados e empregadores.

Quando o papel da agregação de valor intelectual se coloca em primeiro plano, a importância dos aspectos organizacionais e de gestão sobressai ainda mais. Com efeito, nos ramos de ponta, uma acumulação de conhecimentos que se

condensem até plasmar se em inovações depende em grande medida do modo como se origina a informação nos distintos âmbitos das operações empresariais, bem como da fluidez com que é transmitida entre esses âmbitos. Paralelamente, também influem muito os padrões organizacionais que envolvem o relacionamento entre grupos. Assim, a criação e difusão de novos conhecimentos se vê favorecida por tipos de organização que permitem contatos horizontais entre os diversos grupos da estrutura empresarial e alternância de funções entre os membros dos mesmos; e também por tipos de organização que prevêm ou facilitam a cooperação entre os distintos níveis hierárquicos de tal estrutura.

No que concerne à capacidade de inovar, a empresa constitui um elemento crucial, porém não único. Esta capacidade se concebe como fortemente condicionada por uma série de elementos, entre os quais o mais próximo da própria empresa consiste em suas relações com o ramo a que pertence e no caráter dessas relações: se de predomínio ou de vassalagem, colaboração ou concorrência, etc. Também influem as condições de interação entre a empresa, enquanto elaboradora de inovações tecnológicas, e seus usuários, “as quais podem resultar fundamentais para estimular ou inibir a capacidade de aprendizagem e adaptação das empresas num mundo em que a informação é imperfeita e custosa” (CEPAL, 1990b:73).

Menciona-se então a denominada infra-estrutura tecnológica. Em sentido estrito, poder-se-ia defini-la como o conjunto de entidades que realizam investigação e desenvolvimento nos âmbitos próprios da tecnologia, e que não se inscrevem nas empresas propriamente ditas. Em sentido amplo, poderia compreender também outros institutos de investigação, públicos ou privados, universitários ou independentes, cujas atividades se voltam a buscar avanços nas ciências básicas ou aplicadas. Outros elementos guardam relação com o setor público ou instituições por ele reguladas – entre elas o sistema educacional em seu conjunto, assim como as entidades concebidas para apoiar a capacidade de inovação. Por último, citam-se as próprias “experiências e habilidades adquiridas por indivíduos e organizações” (CEPAL, 1990b).

Estes elementos “tendem a estabelecer um contexto que, por uma parte, é específico em cada país ou região, e que, por outra, constitui um ingrediente fundamental do processo de inovação” (CEPAL, 1990b).

A ênfase na importância do contexto que formam os distintos elementos resenhados, assim como na interação entre eles, implica um modo de ver o progresso técnico tal que sua geração e adoção são percebidas como processos de caráter sistêmico. E isto “no sentido de que o desempenho tecnológico das economias depende da presença de um conjunto de sinergias e externalidades, mais que das reações maximizadoras das empresas individuais frente às mudanças registradas no sistema de preços” (CEPAL, 1990b).

As economias menos desenvolvidas, em particular as da América Latina, apresentam desvantagens referentes tanto à incidência de cada um dos elementos mencionados, quanto ao contexto que formam. Na verdade, tais desvantagens não são mais que expressão do atraso em matéria de incorporação prévia de tecnologia e de capacidade de inovar. Daí que nestes países adquire particular importância o apoio logístico do Estado para aumentar aquela capacidade, mediante uma ação persistente sobre vários daqueles elementos e, assim, mediante mecanismos de interação também assíduos entre agentes públicos e privados, tendentes a induzir seu aumento nestes últimos.

Segundo se deduz, em cada país e economia pode-se identificar um sistema nacional de inovação. Mas, além das complexidades de sua identificação, em todos se mesclam mecanismos e instituições públicas e privadas, cuja interação parece condicionar sua maior ou menor eficácia. Em particular, seu êxito em manter um bom desempenho tecnológico parece relacionar-se com “os processos de ‘inovação institucional’ – isto é, a ...transformação e adaptação dos esquemas institucionais em que se apoia a capacidade de inovação em resposta a mudanças no ambiente econômico e na própria tecnologia” (CEPAL, 1990b).

## **2. A concepção do sistema centro-periferia**

Convém descrever, brevemente, a concepção do sistema centro-periferia com base no quadro abaixo. Nele, a ênfase recai sobre as características do pólo periférico e sobre alguns aspectos importantes de suas relações com os centros.<sup>5</sup>

A chave da condição periférica consiste no atraso de sua estrutura produtiva, que se define como especializada e heterogênea (subquadro A).

Ambas as características têm origem no período que se convencionou chamar de “desenvolvimento para fora”, durante o qual diversas economias cresceram com o impulso da expansão de setores de exportação de produtos primários destinados aos mercados dos centros industriais.

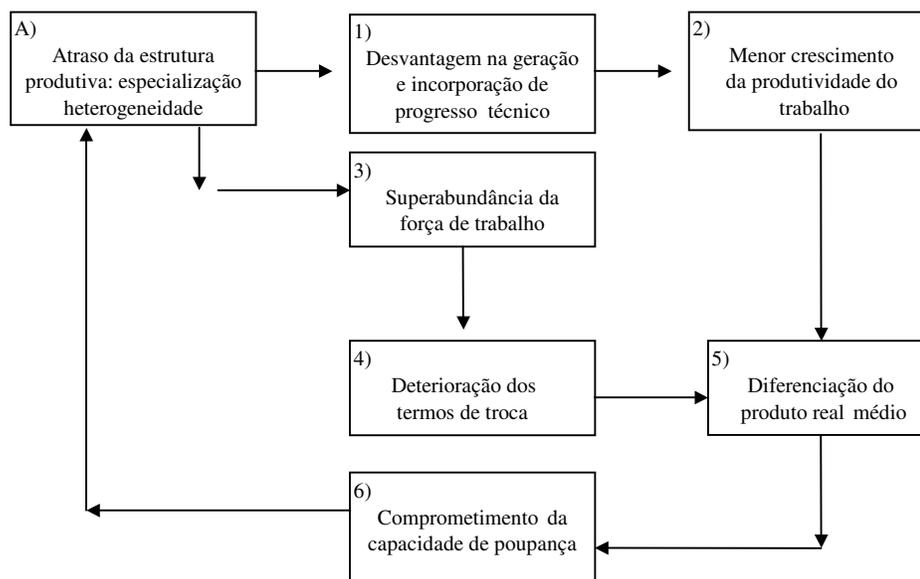
O caráter especializado das economias periféricas refere-se a este desenvolvimento unilateral, em que a penetração do progresso técnico se verifica primordialmente nos setores primário-exportadores e em algumas atividades econômicas diretamente ligadas a eles. Por contraste, os centros se configuram como economias diversificadas, nas quais as novas técnicas vão penetrando um amplo espectro de atividades industriais, de cujos produtos se abastecem a si

---

(5) As idéias geradoras de Prebisch se plasmaram em dois documentos emblemáticos: O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas, escrito ao final de 1948, e o Estudo econômico da América Latina, 1949, elaborado nos primeiros meses desse ano. Sobre a gestação dessas idéias pode-se consultar o relato de um testemunho direto, Furtado (1985).

mesmos e à vasta periferia. Esta cumpre, pois, a função de abastecedora de matérias-primas, e aqueles, a de núcleos fabris do conjunto da economia mundial. Por sua vez, esta diferenciação de funções se expressa na estrutura do comércio internacional, marcada pelo intercâmbio de matérias-primas por manufaturas.

### O sistema centro-periferia



A segunda característica da estrutura produtiva<sup>6</sup> da periferia – e também de sua estrutura econômica – é a heterogeneidade, conceito referente à coexistência de atividades produtivas e econômicas em que a produtividade do trabalho é elevada com outras que ocupam uma proporção considerável de mão-de-obra e nas quais a produtividade é muito reduzida. Mais uma vez, esta peculiaridade estrutural não se define nem se percebe tanto em si mesma, mas sim por contraste com os centros. Nestes há predomínio da homogeneidade, ou seja, de níveis de produtividade do trabalho menos diferenciados, no leque muito mais amplo de atividades produtivas e econômicas que compõem suas economias.

As características estruturais das economias primário-exportadoras aparecem pois como resultantes do “desenvolvimento para fora”. Importa reconhecer, entretanto, que tais características tendem a reproduzir-se através e ao longo do “desenvolvimento para dentro”.

(6) O termo refere-se ao conjunto de atividades, ramos e setores em que se realiza a produção material. A estrutura econômica inclui, além disso, uma ampla e variada gama de serviços necessários para levá-la a cabo.

Fenômenos originados nos grandes centros – particularmente a crise dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial – conduziram à emergência de processos espontâneos de industrialização em diversas economias de tipo periférico. Contudo, o atraso estrutural no ponto de partida impõe que a industrialização comece por ramos produtores de bens de consumo tecnologicamente simples, e avance lentamente para a elaboração de bens de consumo ou intermediários de maior complexidade sob o ponto de vista tecnológico e organizativo.

Esta forma de industrialização, que vai do simples ao complexo, implica um padrão de mudança das estruturas produtivas periféricas ao qual é inerente a reiteração de seu caráter especializado. A razão é que os graus de diversificação horizontal, complementaridade intersetorial e integração vertical das mesmas ainda são incipientes, em face dos que se alcançam nos grandes centros industriais.

Ao mesmo tempo, tal padrão de mudança tampouco habilita a diversificar as exportações periféricas, que conservam assim seu caráter primário durante um longo período.

Por outro lado, o sensível aumento das taxas de crescimento populacional e da PEA, assim como a grande proporção desta última originalmente ocupada em atividades de muito menor produtividade, fazem com que o processo de industrialização seja insuficiente para alcançar a realocação plena da mão-de-obra em condições de produtividade normal. O desenvolvimento para dentro não tende, pois, a eliminar o segundo traço característico das estruturas periféricas, ou seja, seu caráter heterogêneo. A heterogeneidade persiste, apesar das transformações.

A atração das zonas urbanas, ou a simples expulsão de força de trabalho nas atividades agrícolas atrasadas, induzem nas primeiras um aumento da porcentagem de mão-de-obra subempregada (ocupada em condições de baixa produtividade) no total do subemprego, e nas segundas, uma redução complementar da porcentagem correspondente. Dito de outro modo, ao longo do tempo o subemprego estrutural tende a transformar-se de rural em urbano, sem por isso deixarem de configurar-se como expressão-chave da heterogeneidade.

As características estruturais da periferia, assim como os padrões de mudança através dos quais se reproduzem, são considerados indissociáveis dos modos de relacionamento entre os dois pólos do sistema.

Segundo se deduz, a periferia padece de uma marcante desvantagem no que se refere à geração e à incorporação do progresso técnico (subquadro 1). Este argumento se baseia no suposto de que ambas são mais intensas na indústria que nas atividades primárias, e de que também o são naqueles ramos do setor secundário pelos quais a industrialização periférica não pode fincar a raiz de sua especialização desde o ponto de partida, como, por exemplo, certos ramos

produtores de bens de consumo duráveis e de insumos de uso difundido, e sobretudo os de bens de capital.

Revelado este suposto básico, percebe-se claramente que a desvantagem da periferia quanto ao avanço do nível tecnológico encontra explicação em seu caráter especializado, no papel primário-exportador que precisou desempenhar no desenvolvimento da economia mundial e nos condicionamentos e peculiaridades que esse papel impõe ao posterior processo de expansão da indústria.

O menor crescimento da produtividade do trabalho nas economias periféricas (subquadro 2) é em decorrência de sua desvantagem quanto à geração e incorporação de tecnologia. A este argumento básico se somam outros dois: os efeitos negativos sobre a produtividade associáveis às margens de capacidade ociosa em distintas indústrias cujas escalas mínimas resultam excessivas frente à dimensão dos mercados periféricos, e os efeitos da heterogeneidade sobre os níveis médios da produtividade, enraizada na considerável proporção da mão-de-obra ocupada em atividades tecnologicamente atrasadas, bem como a pertinência deste fenômeno nas economias de tipo periférico.

A superabundância da força de trabalho (subquadro 3) é expressão direta da heterogeneidade, conceito que se refere à existência real ou virtual de um vasto contingente de mão-de-obra ocupado em condições de muito baixa produtividade.

Este amplo bolsão de subemprego estrutural compromete as possibilidades de uma rápida reabsorção do conjunto da mão-de-obra em atividades modernas, a níveis de produtividade significativamente mais elevados ou, alternativamente, normais, na medida em que são suscetíveis de alcançar-se com o uso de tecnologias conhecidas e disponíveis. Além disso, a superabundância de força de trabalho se percebe como associada ao comportamento das variáveis demográficas. Estas contribuem a gerar um ritmo de expansão de oferta de força de trabalho muito intenso, senão excessivo, em comparação com a dinâmica da absorção nas atividades modernas, muitas das quais vão incorporando tecnologias intensivas em capital.

A superabundância de força de trabalho é considerada fundamental na explicação de certas tendências referentes à participação nos frutos do progresso técnico, tanto dentro de cada um dos pólos do sistema centro-periferia, quanto entre eles.

Nos centros, a relativa escassez de mão-de-obra, assim como o desmedido desenvolvimento das organizações sindicais que se foram conformando e consolidando ao impulso de seus processos de industrialização, deram lugar à elevação dos salários reais, no longo prazo. Nas economias periféricas, ao contrário, ambos os elementos apresentaram sinais inversos, de tal sorte que os salários reais permaneceram estagnados em níveis muito inferiores.

A diferenciação salarial entre centro e periferia constitui um fator-chave na explicação da tendência à deterioração dos termos de troca (subquadro 4). Não

cabe aqui examiná-la com detalhes, basta assinalar a idéia primordial subjacente: a longo prazo, tal diferenciação se expressa numa alta dos preços monetários dos bens industriais que os centros exportam, mais intensa que a correspondente aos bens primários exportados pela periferia. Em última instância, a diminuição dos preços relativos das exportações da periferia a impede de reter integralmente os frutos de seu próprio progresso técnico, transferindo parte deles aos grandes centros industriais.

A diferenciação do produto real médio (subquadro 5) se configura como a expressão mais diretamente visível do caráter desigual do desenvolvimento do sistema centro-periferia. Com constância dos termos de troca, tal diferenciação se explicaria tão-somente pelo menor crescimento da produtividade média do trabalho que se verifica nas economias periféricas. Isso implica que o produto por pessoa ocupada aumente menos nessas economias que nos centros, bem como que o produto por habitante tenha uma tendência similar, induzida pelos comportamentos díspares das produtividades, assim como das taxas de crescimento populacional, sensivelmente menores nos centros.

Essa tendência básica à desigualdade entre os níveis de produto por habitante se vê reforçada ou agravada pelo comportamento dos preços relativos dos bens exportados por ambos os pólos. A longo prazo, o movimento dos mesmos desfavorece as exportações periféricas, constituindo-se – *ceteris paribus* – em fonte adicional daquela diferenciação.

A diferenciação do produto *per capita* afeta negativamente a capacidade de poupança do pólo periférico do sistema (subquadro 6), o que acaba por reduzir a margem de possibilidade de alterar de forma significativa as estruturas básicas das economias periféricas, cujo atraso estrutural tende, pois, a perpetuar-se.

Dito de outro modo: transpor a vala do atraso requer um esforço de tal índole e intensidade que a especialização e a heterogeneidade estruturais vão sendo reduzidas paulatina, porém sustentadamente. Entretanto, o ritmo de acumulação de capital que esse esforço supõe não encontra respaldo adequado na capacidade de poupança, comprometida em parte pelo modo de relacionamento entre periferia e centro e em parte pela perda de produto potencial que a mesma supõe.

Se uma destas idéias de Prebisch tivesse que ser indicada como crucial ou decisiva, encontrar-se-ia amplo consenso em assinalar seu modo de perceber o desenvolvimento como estreitamente conectado ao progresso técnico, e o desenvolvimento da economia mundial como indissociável do que ele chamou de “processo de propagação universal do progresso técnico”.

A originalidade e especificidade de seus pontos de vista radica no modo de enfocar tal economia: um sistema único composto por dois pólos – os centros e a periferia – em cuja dinâmica é inerente a desigualdade, na medida em que se fica à mercê do jogo das forças de mercado.

Como se pode notar, a diferenciação dos níveis de produto real médios e a evolução dessemelhante das estruturas produtivas constituem as duas tendências fundamentais em que se expressa o caráter desigual, bipolar, do desenvolvimento do sistema centro-periferia.

### **3. Contraponto**

Para levar a cabo o contraponto entre as idéias estruturalistas e neoestruturalistas, anunciado na introdução, convém começar mostrando que nas primeiras subjaz uma percepção mais geral ou abstrata do desenvolvimento, referente às relações agricultura-indústria.

Sob o ângulo destas relações, o desenvolvimento é visto como um desmedido crescimento da produção industrial, impulsionado pelo progresso técnico, que faz com que a participação do produto industrial no produto global cresça. A produção agrícola cresce em ritmo mais lento, mas suficiente para gerar níveis de oferta adequados, tanto sob o ponto de vista da demanda do setor industrial, quanto sob o ângulo do crescimento da demanda de consumo.

Assim, a agricultura também cresce; e cresce também ao impulso da incorporação de novas técnicas. Estas envolvem o uso de bens do setor secundário, de tal modo que a par do crescimento da demanda industrial de bens primários gera-se um aumento compensatório da demanda de manufaturas no setor agrícola. O crescimento manufatureiro responde, ademais, às suas próprias demandas incrementadas de insumos intermediários e bens de capital e às de bens de consumo de origem industrial.

Esta imagem estilizada de crescimento equilibrado se complementa com outra, referente ao emprego. Na agricultura, as novas técnicas reduzem os requerimentos de mão-de-obra por unidade de produto e de superfície, gerando um excesso de força de trabalho. Também na indústria cai a quantidade de mão-de-obra por unidade de produto e de capital, o que não é mais que expressão do incremento da produtividade de ambos os fatores. Não obstante, o crescimento acelerado e a expansão industrial resultam suficientes para absorver aquele excesso e manter o pleno emprego, e a tal ponto que os salários crescem, assegurando, por sua vez, uma dimensão adequada da demanda de consumo.

A pergunta que surge é: como pensar esta transformação em uma economia internacional que se estruturou sobre uma base bipolar, na qual um dos pólos se especializou em produção primária, sendo que a mão-de-obra não pode ser transferida internacionalmente?

A resposta é: requer-se a industrialização. Não a industrialização espontânea que se vinha desenvolvendo, induzida por sucessivas crises do balanço

de pagamentos, mas sim uma industrialização capaz de manter-se em ritmo intenso e em condições de eficiência máxima.

Para os fins da comparação que se realiza mais adiante, aqui não importa a discussão relativa à ordem com que se deveria proceder à substituição de importações e à diversificação das exportações, ou sobre que ritmos uma e outra deveriam assumir. Interessa centrar a atenção em duas questões: que padrão de mudança da economia mundial se está considerando realizável e recomendável e que percepção do progresso técnico pode se associar ao mesmo.

Quanto à primeira questão, o que se propõe é alterar significativamente o padrão da divisão internacional do trabalho que se sustenta na especialização primário-exportadora da periferia. Não só por conveniência desta última, mas também em benefício dos dois pólos que compõem a economia mundial, ou dos dois tipos de economia que a conformam, faz-se necessário substituí-lo por um novo padrão, que contemple a *industrialização pactuada* entre os centros e a periferia, e que implique uma nova divisão internacional do trabalho *industrial*.

Convém insistir na expressão *industrialização pactuada*. Ela sublinha um tema que se inscreve no âmbito da eficiência da alocação de recursos, e que consiste em precisar que ramos vão se expandindo em um e outro pólo. Aqui a expressão só compreende uma idéia mais geral: superar a condição periférica requer uma intensa industrialização, a qual é compatível com um ritmo mais acelerado de crescimento dos centros e da economia mundial em seu conjunto, em comparação com o ritmo associável à alternativa de não encarar a nova divisão internacional do trabalho industrial.

Veja-se agora a resposta correspondente à segunda pergunta. Sob o ponto de vista microeconômico – ou seja das atividades produtivas específicas ou concretas –, percebe-se a tecnologia como definida por processos produtivos caracterizáveis com precisão ou, então, claramente perfilados num “manual de instruções”; e o progresso técnico como mudanças naqueles processos, através dos quais aumenta a produtividade dos recursos. Esta noção é compatível com a de “progresso técnico incorporado”. De acordo com ela, entende-se que a tecnologia se plasma nos bens de capital, cujas características são as que dão forma precisa aos processos produtivos; e entende-se, também, que o progresso técnico tem lugar através da criação de novos bens de capital.<sup>7</sup> Esta conceitualização implícita é complementada com o suposto de que o progresso técnico – ou melhor, a geração de novas máquinas e/ou novos processos – se dá de modo mais acelerado nas atividades do setor secundário que nas primárias.

Pensando bem, estes conceitos e hipóteses estão de acordo com o enfoque de Prebisch sobre o desenvolvimento industrial e sobre as potencialidades do desenvolvimento da periferia. Sob a perspectiva da periferia não-industrializada, a

---

(7) Este conceito de progresso técnico incorporado é equivalente ao definido por Solow (1962:76-86).

indústria constitui uma fronteira tecnológica a ocupar: instalar atividades manufatureiras é o mesmo que incorporar tecnologia, configurando-se sua instalação como um meio-chave para elevar a produtividade dos recursos.

É claro que essa fronteira não é vista como imóvel. Entretanto, o reconhecimento de sua mobilidade não implica concebê-la como inalcançável. Em outras palavras, instalar indústrias hoje, com as tecnologias que se conhece, gera condições para ampliar amanhã o parque industrial, mediante a instalação de outras atividades manufatureiras, ou então de novas atividades, com os tipos de tecnologias e níveis de produtividade que vão sendo criados.

A propagação de progresso técnico posterior ao desenvolvimento para fora percebe-se como ocorrendo na periferia, fundamentalmente, através da expansão da indústria, pois é nela e a partir dela que o mesmo pode ser incorporado com mais celeridade e amplitude. Por outro lado, é notório que o progresso técnico é visto como exógeno, e isto num duplo sentido: exógeno às atividades produtivas e às empresas que as levam a cabo; e exógeno também aos sistemas produtivos e econômicos que conformam a periferia da economia mundial.

Cabe agora dirigir a atenção para as proposições da nova estratégia proposta pela CEPAL, centrando-a também nas postulações relativas ao progresso técnico e às tendências predominantes na economia internacional.

Da descrição contida na primeira seção do artigo, inferiu-se que o ponto de vista da instituição sobre o progresso técnico se ampliou consideravelmente e se tornou muito mais complexo, em especial com relação ao viés que predominou nos documentos fundadores e em outros do começo dos anos 50.

Na nova estratégia, o progresso técnico não concerne somente a mudanças no processo produtivo propriamente dito, nem é visto como incorporado aos bens de capital. Tanto do ponto de vista real como do potencial, o progresso técnico se expressa com força na criação de novos bens, e corresponde também significativamente às formas organizacionais que assumem as empresas, ou seja, a sua administração e gestão geral (e não só produtiva) e a sua atitude para a adaptação ou a mudança das mesmas.

Deduz-se do anterior que o progresso técnico não é visto como exógeno às atividades produtivas e às empresas que as levam a cabo. Ao contrário, é percebido como ocorrendo no interior destas últimas, e ainda mais, através de um processo que em boa medida lhes é endógeno: o processo de inovação.<sup>8</sup>

Como se acaba de indicar, a inovação corresponde tanto a aspectos propriamente técnicos de processos produtivos e de bens e serviços, como a aspectos organizacionais dos distintos âmbitos da operação empresarial. Sob

---

(8) A respeito, ver (CEPAL/UNESCO, 1992:31). Este modo de ver o processo de inovação é similar ao desenvolvido por Dosi (1988:1130).

ambas as perspectivas, ela se expressa em uma sucessão de mutações menores e, com menos frequência, em mudanças de maior significado.<sup>9</sup> Porém, em todos os casos, a inovação é percebida como significativamente relacionada com a acumulação de conhecimentos – tanto explícitos como tácitos – que se vão gestando ou absorvendo no seio das próprias empresas e que terminam por nelas germinar mutações ou mudanças.<sup>10</sup>

Por mais que se as privilegie, o progresso técnico não é percebido como resultante somente das capacidades inovativas que possuem ou desenvolvem as empresas. Entende-se que tem um caráter sistêmico, no sentido de que depende de maneira fundamental do contexto mais amplo em que as empresas se inscrevem e com cujos elementos interagem. A partir das resultantes de tal interação, aquelas capacidades se transformam com maior ou menor vigor em atividades inovativas, referentes seja a processos produtivos, seja ao próprio âmbito organizacional.<sup>11</sup>

Segundo se concebe, tais elementos e as próprias empresas, assim como seus modos de interagir, conformam um “sistema nacional de inovação”, que pode resultar mais ou menos favorável à geração e incorporação de progresso técnico e ao aumento dos níveis de competitividade internacional de cada economia. De tal maneira, o progresso técnico tem de ser percebido não só como endógeno às atividades produtivas e empresas, mas também como condicionado por forças endógenas peculiares de cada economia, sociedade e país ou região.<sup>12</sup>

Além destas categorias de claro corte neo-schumpeteriano que servem de sustentação analítica à nova estratégia, existem outras idéias que se referem a certas características do progresso técnico em períodos recentes, encarado desde uma perspectiva factual.<sup>13</sup>

Como visto na primeira seção, o critério geral da competitividade autêntica e, do mesmo modo, as linhas estratégicas em matéria de inserção internacional, articulação produtiva e papel dos agentes vão sendo alinhados em conexão com a *continuidade, intensidade, diferenciação e difusão* do progresso técnico. Mais ainda, estas características se inferem ou atribuem à experiência dos grandes centros industriais, e aquelas linhas e critério se definem em torno das dificuldades que implica adquiri-las, assim como aos grandes problemas que há que superar para lográ-las: evitar, por exemplo, o encapsulamento de atividades

---

(9) Ver CEPAL (1992b:10). Estes conceitos coincidem com os de inovações incrementais e radicais propostos por Freeman (1987:60-2).

(10) Ver CEPAL (1990b:70). A idéia de que a tecnologia é em sua maior parte resultado da experiência acumulada pelas empresas se pode encontrar em Dosi (1988:1131). Ao caráter parcialmente tácito da tecnologia fazem referência o mesmo Dosi, p. 1126 e também Nelson & Winter (1982:76-82).

(11) Ver CEPAL (1990b:73); Dosi (1988:1146), fala de “um conjunto estruturado de externalidades”, para referir-se à mesma noção.

(12) Ver CEPAL (1990b:73, 85). O conceito de sistema nacional de inovação é similar ao de Andersen & Lundvall, 1992.

(13) Com relação às correntes e autores que conformam o enfoque neo-schumpeteriano pode-se consultar Possas (1989:27-53).

ou ramos produtivos; corrigir *pari passu* a informalidade urbana; reformular o relacionamento entre agentes públicos e privados, etc.<sup>14</sup>

Assim, certas categorias analíticas básicas e certas características factuais do progresso técnico nos centros são o fio condutor em torno do qual se produz a montagem da estratégia proposta, ou, em outros termos, são os elementos com base nos quais se conforma sua estrutura conceitual.

Além de destacar estes aspectos formais da estratégia, interessa revelar seu conteúdo fundamental, pois nele radicam principalmente as diferenças em relação às idéias básicas do enfoque gerador de Prebisch e à sua percepção da economia mundial.

Como se acaba de reiterar, o progresso técnico é considerado contínuo, intenso, diferenciado e difundido; além disso, porém, estas características se associam todas ao rápido desenvolvimento das tecnologias da informação (microeletrônica, computação e telecomunicações) e à sua rápida incorporação a uma gama muito ampla de bens e setores.

Esta hipótese também tem um claro aspecto neo-schumpeteriano, pois implica aceitar que atualmente se está começando a transitar por um novo paradigma tecno-econômico.<sup>15</sup> Ainda, existem múltiplas referências explícitas ao fato de que acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação – chave daquele paradigma – representaria o eixo de uma terceira revolução tecnológica. Esta constituiria a fonte principal de crescimento real e potencial das economias nas quais se gestou e de outras que vêm logrando participar dela ativamente.

Por outro lado, concebe-se que a revolução tecnológica em curso tende a propagar-se universalmente e de tal modo que traga consigo a globalização da economia internacional. O intenso desenvolvimento das tecnologias da informação e sua rápida difusão em escala mundial fazem com que muitos âmbitos da ocupação econômica adquiram um caráter marcadamente transnacional. Assim, desenvolvem-se redes de sistemas produtivos transnacionais, resultantes da combinação de alianças estratégicas entre grandes empresas e da subcontratação e utilização generalizada de amplas e complexas redes de informação e comunicação.

Este dinamismo das empresas transnacionais se expressa no aumento da participação do comércio intrafirmas no comércio internacional. Porém, o fenômeno da globalização não se limita aos bens, pois se difunde numa gama de serviços cada vez mais extensa. Atribui-se particular relevância à globalização dos

---

(14) Estes problemas constituem componentes ou elementos de um diagnóstico sobre as características e obstáculos estruturais do desenvolvimento da América Latina. Tal diagnóstico se acha disseminado ao longo dos textos que propõem a nova estratégia. Entretanto, uma versão sucinta do mesmo pode encontrar-se em CEPAL (1990b:63-6).

(15) “Hoje, com a ampla disponibilidade de microeletrônica barata (conjuntamente com o conseqüente baixo custo do manejo de informação) se está conformando e difundindo um novo paradigma tecno-econômico”. (Perez, 1986:53).

serviços financeiros. A desregulamentação dos mercados e as novas tecnologias permitem gerar um imenso mercado mundial de fundos e instrumentos financeiros, com volumes de transações sensivelmente superiores aos que se associam ao comércio de bens.

As tendências assinaladas são aspectos do fenômeno da globalização, que também se expressa no caráter intensamente competitivo que a economia mundial tem adquirido. A globalização e suas implicações em termos das mudanças de forma e amplitude da concorrência fazem com que a maneira tradicional de regular as relações internacionais – com normas que se aplicam nas e entre as fronteiras das distintas economias – vá perdendo relevância. Em contraste com isso, a gestão macroeconômica de cada economia, significativamente condicionada pela transnacionalização financeira, passa a ter marcada influência na composição de volume e comércio e, amplamente, no padrão da divisão internacional do trabalho.<sup>16</sup>

Deve-se destacar que estas hipóteses sobre a revolução tecnológica e a globalização conformam o ponto em torno do qual se articulam as demais idéias subjacentes à nova estratégia. Elas expressam uma mudança no modo de ver o sistema centro-periferia e um virtual enriquecimento da concepção originária de Prebisch.

Para ele, perpetuar a condição periférica implica aventurar-se por um beco sem saída, agravando-se as tensões econômicas, sociais e políticas, e afetando-se a consolidação da institucionalidade democrática. O caminho para empreender um caminho viável de incorporação de progresso técnico e de repartição de seus frutos entre os distintos grupos sociais consiste essencialmente em industrializar-se.

Como já frisamos, essa proposta-chave envolve uma percepção do progresso técnico de claro embasamento clássico-neoclássico. Em mais de um sentido, tal percepção reflete o significativo desenvolvimento industrial de várias economias latino-americanas durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Assim, parece expressar o horizonte de possibilidades que se abre a essas economias no marco do que hoje se denomina “paradigma metal-mecânico”.

Com efeito, o deslocamento da fronteira tecnológica das economias centrais durante o esforço bélico, bem como as perspectivas de expansão dos principais ramos e setores do paradigma referido,<sup>17</sup> induziam a ver a posterior ampliação e complexificação da indústria como o meio idôneo para incorporar

---

(16) As considerações sobre globalização se baseiam em CEPAL (1992b:47-8).

(17) “O paradigma anterior [ao da informação] se iniciou com os satélites desenvolvidos em torno da produção de automóveis em série, dos primeiros artefatos elétricos, do petróleo, dos produtos refinados, dos primeiros materiais e fibras sintéticos, dos processos de produção contínua de bebidas e alimentos, do rádio, dos aviões, etc.” (Pérez, 1986:10)

progresso técnico de forma sustentada. Por outro lado, concebe-se a mudança: uma industrialização pactuada entre centros e periferia, de tal forma que a indústria se desenvolve em parte no primeiro pólo do sistema e em parte no segundo.

Na nova estratégia, o progresso técnico já não se percebe como incorporado aos bens de capital e com uma difusão assegurada pelo próprio processo de industrialização. Como se viu, considera-o de forma muito mais minuciosa e com grande ênfase no papel que terá que jogar no futuro. Também se indicou anteriormente que esta ênfase esconde a aceitação de certas idéias mais gerais: a existência de um novo paradigma tecno-econômico baseado nas tecnologias da informação, fonte indiscutível do crescimento futuro; a implementação de tal paradigma mediante uma terceira revolução tecnológica que contribui significativamente a gerar uma tendência à globalização da economia mundial.

Estas idéias demarcam as perspectivas que hoje se abrem ao desenvolvimento da região. Reconhece-se que certas economias, como as do Sudeste Asiático, lograram inserir-se dinamicamente na revolução tecnológica e na economia internacional. As da América Latina também cumpriram com certos requisitos para lográ-lo, em geral associáveis ao próprio processo prévio de industrialização, mas com outros não foram bem-sucedidas, daí a necessidade inevitável de basear seu desenvolvimento em estratégias adequadas. Perseverar no caminho que se vinha seguindo implica perpetuar a “condição periférica”, ou seja, entrar num beco sem saída de conseqüências imprevisíveis. Ainda mais, dada a intensidade do progresso técnico nos grandes centros, essa perpetuação ampliaria a brecha tecnológica e afastaria, e que a possibilidade de reverter esta tendência perversa.

A conexão entre os pontos de vista neo-schumpeterianos e neo-cepalinos tem sido por nós enfatizada com objetivos puramente analíticos. Esta ênfase não implica negar que as bases fundamentais da nova estratégia proposta se encontram em documentos da própria CEPAL e na revisão contínua das características do desenvolvimento latino-americano que eles contêm.<sup>18</sup>

Cabe destacar que na proposição dessa estratégia tiveram papel fundamental os trabalhos e idéias de Fernando Fajnzylber, que enfatizam o progresso técnico e a importância de seu papel potencial para o desenvolvimento da América Latina.<sup>19</sup> Na verdade, tais idéias antecipam em vários anos as novas

---

(18) A nota de rodapé 1 menciona os três documentos em que a estratégia de transformação produtiva com equidade foi proposta pela CEPAL aos governos de seus Estados-membros. Num deles, a própria instituição menciona os seguintes antecedentes principais: CEPAL (1985; 1987; 1989b).

(19) Assinalou-se com acerto que “um dos intelectuais que melhor captou e mais fez para atualizar essa intuição de Prebisch (sobre a importância do progresso técnico) foi Fernando Fajnzylber”. Ver Iglesias (1992).

idéias da CEPAL e do “enfoque neoestruturalista” em seu conjunto, e assim prefiguram algumas das contidas nas postulações neoschumpeterianas sobre esse tema.<sup>20</sup>

#### 4. Questões pendentes

Já se indicou que a nova estratégia de desenvolvimento da CEPAL está relacionada com seu pensamento originário, e que pode ser vista como uma complementação do mesmo, demandada e induzida por novos tempos e realidades. Também se insinuou que ela se configura como diversa do conjunto de recomendações de longo prazo próprias do enfoque neoliberal.

Entretanto, a diferenciação entre tais enfoques só adquire verdadeira relevância prática ao se explicitar de que maneira as recomendações de longo prazo de um e outro logram expressar-se em políticas de curto prazo que lhes sejam compatíveis, e em que medida estas últimas também diferem.

Provavelmente, esse nexos entre política de desenvolvimento e política macroeconômica na nova proposta cepalina, assim como o caráter diferencial de ambas com relação às de outras posições, abrem caminho às questões pendentes mais relevantes e de maior significado para a ação concreta.

Não se pretende aqui abordar esse complexo âmbito temático. Trata-se, antes, de retomar com brevidade certas questões relativas à viabilidade econômica e à viabilidade social da estratégia proposta.

Tal estratégia supõe a possibilidade de um contínuo *catching-up* do progresso técnico por parte das economias latino-americanas que adotem suas recomendações, ou, em outras palavras, a possibilidade de participar da revolução tecnológica em curso.

À primeira vista, o *catching-up* parece difícil no conjunto de atividades que definem a implantação de um novo paradigma tecno-econômico, pois nelas a tecnologia é mais complexa e o progresso técnico mais intenso e dinâmico. Entretanto, sustenta-se que nestas atividades e mercados de tecnologia “de ponta” existem oportunidades disponíveis e aproveitáveis para as economias atrasadas. É que, durante as primeiras etapas da implantação de um novo paradigma, a geração e incorporação de progresso técnico “de ponta” depende em boa medida de conhecimentos gestados no âmbito científico-tecnológico em sentido estrito, cujo uso é menos restrito pelas leis da propriedade intelectual (Pérez, 1986:15). Outras oportunidades também surgem em atividades e mercados que em si mesmos

---

(20) A primeira articulação das idéias fundamentais de Fernando Fajnzylber se acha plasmada em *La industrialización trunca de América Latina*. A versão mimeografada deste livro data de 1981. Uma relação completa de seus escritos se encontra em *Industrialización y desarrollo tecnológico*. Santiago de Chile: División Conjunta CEPAL/ONUDI de Industria y Tecnología, 1992.

apresentam um desenvolvimento tecnológico menos acelerado, mas que se beneficiam com a incorporação de métodos e procedimentos produtivos e organizacionais gestados naqueles outros setores de ponta (Pérez, 1986:16).

Brevemente, segundo se concebe, a recente dinâmica diferenciada e difundida do progresso técnico abre às economias latino-americanas múltiplas oportunidades de ascender ao progresso técnico, e outras aparecem ou reaparecem ao longo do tempo. Por outro lado, o acesso ao progresso técnico, ou melhor, a participação na atual revolução tecnológica, configura-se como a única forma duradoura de crescer e de ter acesso aos mercados internacionais, ou a certas partes ou nichos dos mesmos.

As perguntas que surgem têm a ver com as possibilidades reais de ascender ao progresso técnico de forma sustentada e, dessa forma, a nichos de mercado da economia mundial. Mais propriamente, as dúvidas não recaem tanto sobre as possibilidades de encontrar “janelas de oportunidade” e nichos de mercado de amplitude considerável, mas sim sobre se esta amplitude será suficiente para sustentar um crescimento global intenso e além disso de tipo extrovertido, ou seja, com participação crescente nos mercados internacionais.

Estas dúvidas trazem consigo outras que correspondem à generalidade da validade da estratégia proposta. A partir dela, o aumento da participação nesses mercados é uma impossibilidade, pois se refere a todas e a cada uma das economias. Por outro lado, o *catching-up* e a reinserção dinâmica na economia mundial parecem mais factíveis em economias semidesenvolvidas que avançaram na diversificação produtiva e industrial e, ao que tudo indica, inviáveis naquelas de escassa penetração do progresso técnico e de muito baixos níveis de produtividade e renda médios. Pareceria, pois, que a estratégia não se propõe a todos, mas que tacitamente admite a existência de casos em que a “condição periférica” pode ser superada e de muitos outros em que esta tende a se perpetuar.

As razões destas dúvidas se vinculam a fatos reconhecidos nos documentos da própria CEPAL, cujas implicações para sua proposta estratégica não são, porém, suficientemente exploradas. Alguns se referem ao ponto focal da proposta, ou seja, à possibilidade mesma de participar da revolução tecnológica em curso, como as diferenças de poder econômico entre nações e Estados do Primeiro e Terceiro Mundos ou entre empresas radicadas em países ricos e pobres. Outros fatos correspondem às perspectivas da reinserção na economia mundial, como o caráter altamente oligopolizado dos mercados dos grandes centros, em particular os que se associam às tecnologias mais dinâmicas, e a tendência ao fechamento dos mercados desses mesmos centros, ali onde o avanço técnico carece de intensidade similar.<sup>21</sup>

---

(21) Uma argumentação similar com relação às dificuldades de acesso às novas tecnologias se encontra em Ernst & O'Connor (1989:115).

Um segundo grupo de perguntas guarda relação com os problemas do desemprego e do subemprego.

Como se sabe, a geração de desemprego aberto devida ao recente e intenso fluxo de progresso técnico constitui uma preocupação cada vez mais presente nos grandes centros industriais. Este efeito perverso da terceira revolução tecnológica também tem de produzir-se nas economias de menor desenvolvimento relativo, e é provável que sua significação cresça à medida que avancem na incorporação de novas técnicas. Porém, nestas economias, ao desemprego aberto se soma o subemprego massivo. Na América Latina, este se expressa na presença de “manchas” de subemprego agrícola de maior ou menor amplitude, segundo os casos, e sobretudo nas grandes dimensões da informalidade urbana.

Na nova estratégia considera-se imprescindível ir ganhando condições de maior equidade, e não só por razões de justiça social, mas também por motivos que se inscrevem na órbita econômica. Segundo tal concepção, as melhorias na distribuição de renda são necessárias para lograr uma ampliação significativa do mercado interno, a qual, por sua vez, constitui base insubstituível para a aprendizagem tecnológica e para a incorporação intensa e difundida de progresso técnico.

Entretanto, os documentos em que se propugna a estratégia de transformação produtiva com equidade reconhecem que nas economias latino-americanas o subemprego e a informalidade urbana subsistirão por períodos muito prolongados. Na verdade, não há neles um tratamento preciso do subemprego, de tal modo que este não é analiticamente explicado, mas sim empiricamente reconhecido como um fato negativo duradouro.

Resta então definir se a tendência ao desemprego aberto e, sobretudo, a presença de grandes contingentes de mão-de-obra subempregada são compatíveis com o alcance de padrões de equidade adequados ou em contínua melhora. Dito de outro modo, parece que a cadeia equidade-mercado interno-incorporação de tecnologia-transformação produtiva se dilui no primeiro elo.

Tal como se sucedeu em algumas economias da região em períodos recentes, a intensa industrialização e o rápido crescimento podem ser acompanhados pela segmentação do mercado de trabalho, gerando-se um formal e outro informal – e de tal modo que a ampliação do mercado interno se sustenta no primeiro, no interior do qual se produzem as concomitantes melhorias distributivas. Entretanto, ainda neste caso, a falta de uma proposta para a reabsorção do subemprego, ou seja, para a superação da heterogeneidade estrutural – traço-chave do subdesenvolvimento –, supõe uma duração indefinida de tais problemas e lança dúvidas sobre a viabilidade social da estratégia de transformação produtiva com equidade.

## Conclusão

Em resumo, tratou-se de mostrar que a estratégia em pauta padece de um desequilíbrio nas ênfases: excessivo quanto ao progresso técnico e a seus efeitos virtuosos sobre o crescimento, à reinserção internacional e à equidade distributiva; insuficiente quanto à dinâmica perversa da heterogeneidade e do subemprego próprios do subdesenvolvimento e ao complexo conjunto de medidas requerido para superar tal quadro.

Esta postura crítica não implica desconhecer nem negar o real valor das novas idéias da CEPAL. Elas têm o mérito de ter acoplado e imbricado nas análises do subdesenvolvimento temas que emergem da evolução recente da economia mundial, em particular o da tendência à globalização e do paralelo e vertiginoso processo de avanço tecnológico. Também possuem o mérito de tentar perceber as especificidades do subdesenvolvimento, recuperando a boa tradição de examiná-lo com base em suas características estruturais.

Octavio Rodrigues, Oscar Burgeño, Adela Hounie e Lucía Pittaluga  
são professores pesquisadores do Instituto de Economia de la  
Facultad de la Ciencias Económicas e de Administración de Montevideú, Uruguai.

## Bibliografia

- ANDERSEN, E.S.; LUNDVALL, B.A. Small National Systems of innovation facing technological revolutions: an analytical framework. In: LUNDVALL, B.A, ed. *National systems of innovation*. London: Pinter Publ., 1992.
- ARAUJO JUNIOR, J.T. *Tecnologia, concorrência e mudança estrutural: a experiência brasileira recente*. Rio de Janeiro:IPEA/INPES, 1985. (Série PNPE, 11)
- ASSAEL, H. Elementos estructurales de la aceleración inflacionaria. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.
- BAISIER, S.; SABATINI, F. et al. Descentralización: el eslabón perdido de la cadena transformación productiva con equidad y sustentabilidad. *Cuadernos del ILPES*, Santiago de Chile, n.36, 1992.
- BITAR, S. Neoliberalismo versus neoestructuralismo en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 34, abr. 1988.
- CALCAGNO, E. Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.
- CANAIS, J. *Competitividad internacional y estrategia de la empresa*. Madrid: Ed. Ariel, 1991.
- COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE-CEPAL. *Transformación y crisis: America Latina y el Caribe: 1850-1984*. Santiago de Chile: CEPAL, 1985. (LC/L.332, sem. 22/3)
- \_\_\_\_\_. *Crisis económica y políticas de ajuste, estabilizacion y crecimiento*. *Cuadernos de la CEPAL*, Santiago de Chile, 1986.

- \_\_\_\_\_ El desarrollo de América Latina y el Caribe: escollos, requisitos y opciones. *Cuadernos de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.55, 1987. (LC/G.1440-P)
- \_\_\_\_\_ *Transformación productiva, especialización industrial y productividad*. Santiago de Chile:CEPAL, 1988.
- \_\_\_\_\_ División de Desarrollo Social. *El desarrollo social en los años 90: principales opciones*. Santiago de Chile:CEPAL, 1988. (Presentado en el Seminario “Opciones de Desarrollo Social para los Años 90”, Costa Rica)
- \_\_\_\_\_ División de Desarrollo Social. *Recursos humanos, pobreza y las estrategias de desarrollo*. Santiago de Chile:CEPAL, 1989a. (LC/R/812)
- \_\_\_\_\_ Hacia un desarrollo sostenido en América Latina y el Caribe: restricciones y requisitos. *Cuadernos de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.61, 1989b. (LC/G.1540-P)
- \_\_\_\_\_ División de Desarrollo Social. *Políticas sociales y desarrollo social en el inicio de los años 90*. Santiago de Chile:CEPAL, 1990a. (LC/R/946)
- \_\_\_\_\_ *Transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile:CEPAL, 1990b. (LC/G.1601)
- \_\_\_\_\_ División de Desarrollo Social. *Las dimensiones sociales de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile:CEPAL, 1992a. (LC/R/1090)
- \_\_\_\_\_ *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado*. Santiago de Chile:CEPAL, 1992b. (LC/G/1701)
- \_\_\_\_\_ /UNESCO *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile:CEPAL, 1992c. (LC/G/1702)
- DI FIPPO, A. *La competitividad internacional y las economías abiertas de América Latina*. Santiago de Chile, ILPES, 1991a. (Presentado en el Seminario taller sobre “Coordinación de Políticas de Competitividad ...”)
- \_\_\_\_\_ *La interdependencia internacional: perspectivas y desafíos estratégicos*. Santiago de Chile:ILPES, 1991b. (Presentada en el Seminario “Planificación Regional Fronteriza y Complementación Económica”)
- DOSI, G. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. *Journal of Economic Literature*, Nashville, Tenn., v.26, n.3, 1988.
- DUPAS, G.; SUZIGAN, W. *A nova articulação da economia mundial e as opções para o Brasil: estratégia industrial e modernização tecnológica*. /Campinas/ s.n., 1988.
- ERNEST, D.; O’CONNOR, D. *Tecnologie et competition mondiale*. Paris:OCDE. Centre de Developpement, 1989.
- FAJNZYLBER, F. *El debate industrial en Estados Unidos entre el desafío japonés y el espectro de Inglaterra*. Buenos Aires: EURAL, 1985. (Presentado en el Seminario “Crisis y Regulación Estatal: Dilemas de Política en América Latina y Europa”)
- \_\_\_\_\_ *Reflexiones sobre las especificidades de América Latina y el sudeste asiático y sus referentes en el mundo*. La Jolla, CA: Univ. of California. Center for US-Mexican Studies. Institute of the Americas, 1986.
- \_\_\_\_\_ Competitividad internacional, evolución y lecciones. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 36, dic. 1988.

- \_\_\_\_\_ Industrialización en América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”. Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. *Cuadernos de la CEPAL*, Santiago de Chile, 1990.
- \_\_\_\_\_ *La industrialización trunca de América Latina*. México: Nueva Imagen, 1991.
- FANELLI, J. M.; FRENKEL, R.; ROSENWURCEL, G. *Growth and structural reform in Latin America. Where we stand*. Buenos Aires: CEDES, 1990.
- FERRER, A. *Estructuras de la producción y tecnología*. Washington, D.C.: BID, 1989.
- \_\_\_\_\_ Las primeras enseñanzas de Raúl Prebisch. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.
- FIGUEROA, A. Desarrollo agrícola en América Latina. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. México:Fondo de Cultura Económica, 1990.
- FFRENCH-DAVIS, R. *Generación de ventajas comparativas y dinamismo industrial*. Santiago de Chile:CEPAL, 1987. (LC/R.559)
- \_\_\_\_\_ Esbozo de un planteamiento neoestructuralista. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 34, apr. 1988.
- \_\_\_\_\_ Ventajas comparativas dinámicas: un planteamiento neoestructuralista. *Cuadernos de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 63, 1990.
- \_\_\_\_\_ Formación de capital y marco macroeconómico: bases para un enfoque neoestructuralista. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- FISHLOW, A. El estado de la ciencia económica en América Latina. In: *PROGRESO económico y social en América Latina: informe de 1985*. Washington, DC.:BID, 1985.
- \_\_\_\_\_ *Latin American export strategy in the 1990's*. Washington, DC.:BID, 1989.
- FLECHSIG, S. *En memoria de Raúl Prebisch (1901-1986): un economista importante de América Latina y de los países en desarrollo*. Rostock: Lateinamerika, 1988.
- FREEMAN, D. *Technology policy and economic performance: lessons from Japan*. London:Pinter Publ., 1987.
- FRITSCH, W. El nuevo marco internacional: desafíos y oportunidades. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Económica, 1990.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_ Entre inconformismo e reformismo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, n. 4, out./dez. 1989.
- \_\_\_\_\_ La naturaleza del ‘centro cíclico principal’. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.
- GATTO, F.; GUTMAN, G.; YOGUEL, G. *Reestructuración industrial en Argentina y sus efectos regionales, 1973-1984*. Buenos Aires: CEPAL, 1987.
- GLIGO, N. Medio ambiente y recursos naturales en el desarrollo latinoamericano. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Económica, 1990.
- GROUND, R. L. La génesis de la substitucion de importaciones en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 36, dic. 1988.

- GUIMARÃES, R. P. Desarrollo con equidad. ¿ Un nuevo cuento de hadas para los años 90's? *Revista Interamericana de Planificación*, Mexico, n. 90, abr./jun. 1990.
- HEYMANN, D. Inflación y políticas de estabilización. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.28, apr. 1986.
- IBARRA, D. *Privatización y otros acomodados del Estado*. Santiago de Chile: CEPAL, 1990. (Presentado en el Seminario "Los Temas CEPAL - Prebisch")
- \_\_\_\_\_ Los acomodados de poder entre el Estado y el mercado. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.
- IGLESIAS, E. *Reflexiones sobre o desarrollo economico*. Washington, DC.:BID, 1992.
- JIMÉNEZ, F. Demanda, inflación, crecimiento económico y Estado: enfoques en conflicto. *Economía*, Lima, Perú, jun. 1987.
- KATZ, J., ed. *Technology generation in Latin American manufacturing industries*. New York: St. Martin's Press, 1987.
- KÑAKAL, J. *El sistema centro-periferia 40 años después*. Santiago de Chile: CEPAL, 1988.
- \_\_\_\_\_ Morfología actual del sistema centro-periferia. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.42, dic. 1990.
- LAHERA, E. Cambio técnico y reestructuración productiva. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 36, dic. 1988.
- \_\_\_\_\_ El Estado y la transformación productiva con equidad. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.
- LUSTIG, N. Del estructuralismo al neoestructuralismo: la búsqueda de un paradigma heterodoxo. *Colección Estudios CIEPLAN*, Santiago de Chile, n. 23,1988.
- \_\_\_\_\_ Equidad y desarrollo. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1990.
- MARINHO, C. *Transformación y equilibrios macroeconómicos: ¿ Combinación posible?* Brasíla: CEPAL, 1992. mimeo.
- MASSAD, C.; ZAHLER, R. El proceso de ajuste en los años ochenta: la necesidad de un enfoque global. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 23, ago. 1984.
- MELLER, P. América Latina y la condicionalidad del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial. *Colección Estudios CIEPLAN*, Santiago de Chile, n. 23, 1988.
- MUÑOZ, O. El proceso de industrialización: teorías, experiencias y políticas. In: SUNKEL, O., ed. *El desarrollo desde dentro*. México:Fondo de Cultura Económica, 1990.
- NELSON,R.R.; WINTER, S. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ./The Belknap Press, 1982.
- NOCHTEFF, H. Revolución industrial y alternativas regionales. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 36, dic. 1988.
- OCAMPO, J.A. Los términos del intercambio y las relaciones centro-periferia. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1990.
- PAZOS, F. El desborde inflacionario: experiencias y opciones. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.

- PÉREZ, C. Las nuevas tecnologías: una vision de conjunto. In: OMINAMI, C., ed. *La tercera revolucion industrial: impactos internacionales del actual viraje tecnológico*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.
- PEREIRA, L.C. Bresser. *Da crise fiscal à redução da dívida*. Rio de Janeiro, 1988. (Apresentado no Forum Nacional "Idéias para a Modernização do Brasil", out. 1988)
- PINTO, A. *Falsos dilemas en la discusión latinoamericana actual*. Mexico:CIDE, 1978.
- PORCILE, G. *Tecnologia, transferencia industrial e comercio internacional*. Campinas: UNICAMP.IE, 1989. mimeo.
- POSSAS, M. Ën direccióa a un paradigma microdinámico. El enfoque neo-schumpeteriano. *Suma*, Montevideo, n. 4, 1989.
- RAMOS, J. Estabilizacion y liberalizaci6n económica en el Cono Sur. *Estudios e Informes de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 38, 1984.
- \_\_\_\_\_. Políticas de estabilizaci6n y ajuste el Cono Sur, 1974-1983. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.25, apr. 1985.
- \_\_\_\_\_. Equilibrios macroeconómicos y desarrollo. In: SUNKEL, O. comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1990.
- \_\_\_\_\_.; SUNKEL, O. Hacia una sintesis neoestructuralista. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1990.
- RODRIGUEZ, E. La endogeneizaci6n del cambio tecnológico: un desafio para el desarrollo. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1990.
- ROSALES, O. Balance y renovaci6n en el paradigma estructuralista del desarrollo latinoamericano. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 34, apr. 1988.
- \_\_\_\_\_. El debate sobre ajuste estructural en América Latina. *Economía de América Latina*, Mexico, n. 20/21, 1990.
- \_\_\_\_\_. Competitividad, productividad y posibilidades de reinserci6n comercial en América Latina. *Boletín Económico ICE*, n. 6, 1990.
- ROSENTHAL, G. Exposici6n inaugural del seminario "Los temas CEPAL, Prebisch". *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.
- SAINZ, P.; GURRIERI, A. ¿ Existe una salida equitativa y democrática para la crisis?. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.20, ago. 1983.
- \_\_\_\_\_. ¿ Adaptaci6n, repliegue o transformaci6n? *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.18, dic. 1982.
- SALAZAR, J. M. El papel del Estado y del mercado en el desarrollo económico. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1990.
- SINGER, H. El desarrollo en la posguerra. Lecciones de la experiencia 1945/1985. *Comercio Exterior*, Mexico, v. 39, n.7, jul. 1989.
- SOLOW, R.M. Technical progress, capital formation and economic growth. *American Economic Review*, Nashville, Tenn., v.52, p.76-86, 1962.
- SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para América Latina*. México:Fondo de Cultura Economica, 1990.

\_\_\_\_\_ Del desarrollo hacia adentro al desarrollo desde dentro. In: \_\_\_\_\_, comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1990.

\_\_\_\_\_; ZULETA, G. El neoestructuralismo versus el neoliberalismo en los años noventa. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 42, dic. 1990.

TAVARES, M.C.A. Economia y felicidad. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.42, dic. 1990.

\_\_\_\_\_ *Reestructuración industrial y políticas de ajuste macroeconómico en los centros*. Brasília:CEPAL, 1990. mimeo.

TOKMAN, V. Mercados del trabajo y empleo en el pensamiento económico latinoamericano. In: SUNKEL, O., comp. *El desarrollo desde dentro*. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1990.

### **Resumo**

A grande influência que as idéias da CEPAL exerceram no continente justifica que as analise em profundidade. As propostas do órgão evoluíram ao longo de sua vida institucional. Neste trabalho, expõe-se sucintamente, primeiro, as propostas atuais da CEPAL, e depois a concepção do sistema centro-periferia. Questiona-se sobre algumas de suas implicações e, finalmente, procura-se adequar certas perguntas sobre a nova proposta da CEPAL para o desenvolvimento da região. O artigo inclui uma extensa bibliografia sobre o tema.

**Palavras-chave:** CEPAL - Propostas; Sistema centro-periferia.

### **Abstract**

The enormous influence of ECLAC's ideas on this continent warrants their indepth analysis. The organizations's proposals have envolved over the course of its institutional life. This paper succintly sets forth, first, the ECLAC's current proposals, and then the conception of the center-periphery system. It looks into some of its implications and, finally, seeks to address certain questions as to some of its implications and, finally, seeks to addres certain questions as to ECLAC's new development proposal for the region. This article include an extensive bibliography on the subject.

**Key-words:** ECLAC'S proposals; Center - periphery system.